



Handwritten signature in blue ink.

MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 11/2026



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA VINTE E
NOVE DE MAIO DO ANO DE
DOIS MIL E VINTE E SEIS.**

----- No dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Rui Pedro Madeira Vicente reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira e António José Gaspar Morgado. -----

----- Registou-se a falta do Senhor Presidente, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira por motivos de férias. -----

----- Secretariou: Carla Cristina Branco Caseiro Victor, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira. -----

----- E sendo nove horas, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Bom dia a todos. Sejam bem-vindos à última reunião do mês de maio, esta aberta ao público. Dizer que esta reunião será dirigida por mim, uma vez que o Sr. Presidente se encontra a gozar um período de férias. -----

----- Começo por cumprimentar a minha colega Vereadora Marisa, os Srs. Vereadores da Oposição, Chefes de Divisão, Técnicos de apoio à reunião e da parte audiovisual, público presente e todos aqueles que no vão ver lá em casa em diferido. -----



----- Passamos então à atividade do Executivo Municipal. -----
----- Estivemos presentes na inauguração da Feira do Livro 2026, na nave de exposições do Auditório Municipal, esta organizada em parceria pela Câmara Municipal e pelo Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro. Onde tanto o Sr. Presidente como a Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas, Prof.^a Josélia Gomes salientaram a importância desta iniciativa cultural, de apostar na promoção da leitura e da cultura enquanto veículo educativo, bem como o trabalho de excelência e de forma próxima que se tem desenvolvido entre as duas instituições, sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das nossas gerações. -----
----- Falar aqui na apresentação do livro “Pingos Poéticos”, onde teve casa cheia, mas que por motivos de agenda não pudemos estar presentes, queremos aproveitar, já o fizemos a título pessoal, mas agora a nível institucional, dar os parabéns à Aldina Massa pelo lançamento deste livro. -
----- Entrega do Prémio Literário Guerra Junqueiro Lusofonia, Portugal 2025, Cabo Verde 2024 e Timor-Leste 2025. Mas, neste ponto, passo aqui a palavra à Sra. Vereadora Marisa para que nos possa dar mais algumas considerações. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Bom dia a todos. Como o Sr. Vice-Presidente referiu, estive presente, no passado dia 20 de maio, em representação do Executivo Municipal na cerimónia de entrega do Prémio Literário Guerra Junqueiro Lusofonia – Portugal 2025, atribuído à escritora Inês Pedrosa. A cerimónia decorreu no Auditório Municipal, integrada na programação da Feira do Livro 2026, numa iniciativa promovida pelo Município de Freixo de Espada à Cinta em parceria com o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro. Na ocasião, foi destacada a relevância da obra literária de Inês Pedrosa, bem como o simbolismo da entrega deste Prémio durante a Feira do Livro, reforçando a importância da promoção da leitura, da cultura e da literatura em língua portuguesa. Foi igualmente evocada à figura de Guerra Junqueiro, enquanto referência maior da literatura e cultura nacionais, salientando-se a forte ligação do poeta ao Concelho de Freixo de Espada à Cinta, que é a sua terra natal frequentemente retratada nas suas obras. A escritora Inês Pedrosa agradeceu o galardão e felicitou o Município pela dinamização deste importante Prémio Literário dedicado à cultura lusófona.



----- Informo ainda que, no passado dia 22 de maio, estive igualmente presente em representação do Executivo Municipal na cerimónia de entrega dos Prémios Literários Guerra Junqueiro Lusofonia – Cabo Verde 2024 atribuído a Joaquim Arena, e Timor-Leste 2025 atribuído a Daniel Braga. A cerimónia realizou-se na Fundação Livraria Lello e na intervenção realizada foi sublinhada a importância deste Prémio Literário enquanto instrumento de valorização da língua portuguesa, da literatura e do património cultural comum que une diferentes povos e diferentes continentes da lusofonia. Foi ainda destacado o legado de Guerra Junqueiro enquanto símbolo de liberdade, justiça e consciência humana, cujas obras continuam a inspirar autores contemporâneos, como Joaquim Arena e Daniel Braga, enriquecendo a literatura lusófona através das suas identidades, histórias e visões do mundo. O Município de Freixo de Espada à Cinta felicita, uma vez mais, os escritores distinguidos, reconhecendo o mérito das suas obras e o contributo que prestam à valorização da cultura e da língua portuguesa. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito obrigado Sra. Vereadora. Arrancou já o projeto “Gerações” promovido pela Câmara Municipal e tem como objetivo aproximar as crianças e seniores, fomentar a partilha de experiências e conhecimentos, promover momentos de convívio e combater o isolamento. Este projeto envolve o Prof. Luís com as “Aldeias Ativas”, a Prof.ª Nélia com os alunos do 3.º e 4.º Ano e a equipa do CLDS. -----

----- Estivemos presentes também na reunião da CIM 5G – Douro Superior, em Torre de Moncorvo, uma reunião onde foi explicado mais ao pormenor o que é este projeto. Dizer que o Município mostrou preocupação em saber onde seriam colocadas estas antenas, uma vez que, como todos sabem, é de extrema importância para a Câmara Municipal resolver o problema de Mazouco. Dizer que para colocarem uma antena em Mazouco, a Câmara Municipal terá que ter no local um dos vários casos de uso. A Câmara Municipal assumiu prontamente que irá adquirir um dos casos de uso, de forma a resolver esta situação da rede móvel. Já após essa reunião, houve já contactos entre a Câmara Municipal e as empresas que fazem parte deste projeto 5G e hoje, podemos afirmar, que após este trabalho desenvolvido entre a Câmara Municipal e a CIM Douro, Mazouco vai ter rede móvel 5G. -----



----- Estivemos presentes, na parte da manhã, no Conselho Intermunicipal da CIM Douro em São João da Pesqueira, onde o maior foco foi o programa 2030 e a pressão que a CCDR está a fazer para que haja mais execução. Na parte da tarde, foi promovido um Workshop estratégico, na estratégia europeia a adotar. -----

----- Estivemos presentes na inauguração do 13.º Festival de Vinho do Douro Superior em Vila Nova de Foz Côa, onde fizemos questão de estar com os nossos produtores do Concelho ali presentes. -----

----- Estivemos presentes no Festival “Portugal Somos Nós”, mas aqui passo a palavra à Sra. Vereadora, que foi ela que esteve presente. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Foi, no passado dia 27 de maio, que estivemos na abertura do projeto “Portugal Somos Nós, Saberes, Sabores e Tradições” promovido pelo Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro realizado no recinto escolar. Este projeto teve como principal objetivo promover o conhecimento, a valorização e o respeito pela diversidade cultural e patrimonial de Portugal, incentivando nos alunos o sentido de identidade nacional, cidadania ativa e pretensa. O evento integrou o Festival de Portugal, um espaço de partilha, aprendizagem e convívio que envolveu toda a comunidade educativa e local, celebrando a diversidade e a riqueza cultural dos 18 distritos de Portugal, bem como das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Cada grupo participante representou um distrito ou região autónoma, dando a conhecer a respetiva história, tradições, gastronomia e património cultural num ambiente de grande envolvimento, criatividade e espírito comunitário. Queremos felicitar o Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro pela dinamização desta iniciativa educativa e cultural, reconhecendo o importante contributo deste projeto para a formação dos alunos e para a valorização da identidade e cultura portuguesas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito bem. Dada a explicação sobre a atividade municipal, questiono os Srs. Vereadores se querem usar da palavra? Sra. Vereadora Daniela. -----



----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Bom dia a todos os presentes. Antes de entrar nos assuntos políticos, quero começar por referir uma situação que me deixou verdadeiramente surpreendida e que considero ser um esclarecimento público. No próprio dia da última reunião de Câmara, ao final da tarde, já depois de a reunião ter terminado e depois de ter estado presente na inauguração da Feira do Livro durante a tarde, recebi uma carta enviada pelo Município que muito me espantou. Confesso que não consegui perceber em que moldes, com que fundamento e com que objetivo aquela carta foi dirigida à minha pessoa. Na sua redação existe uma mistura entre o meu papel enquanto funcionária e o exercício do meu mandato enquanto Vereadora eleita. Aliás, o próprio assunto da carta refere, “exercício de funções públicas e deveres”, criando uma evidente confusão entre planos que deviam estar claramente separados. Ora trago aqui a carta e a qual vou ler, que diz aqui, “Excelentíssima Sra. Vereadora. No âmbito das competências de gestão de Recursos Humanos que legalmente me estão cometidas, cumpre-me dirigir a Vossa Excelência a presente comunicação relativa aos factos ocorridos no passado dia 13 de maio de 2025. Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, nessa data, pelas 10h30min, teve lugar no Gabinete da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira a consulta em formato digital do processo CLDS 5G, na sequência do requerimento por si apresentado em 20 de fevereiro de 2026. A referida diligência protocolar estendeu-se por um período aproximadamente de 35 minutos. Não obstante, o inaliável direito à informação e de consulta que assiste a Vossa Excelência, na qualidade de membro eleito deste Executivo, cumpre salvaguardar que o exercício dessas prerrogativas políticas deve coabitar em estreita harmonia com o estatuto profissional que mantém com este Município. Neste contexto, verificou-se que a referida consulta decorreu durante o seu horário normal de trabalho enquanto funcionária desta Autarquia. Contudo, não foi registada qualquer comunicação prévia da ausência do serviço dirigida a esta presidência ou a respetiva chefia direta. Como é sabido, a acumulação de mandato eletivo com funções na própria administração local, ainda que permitida por Lei, não isenta o trabalhador do cumprimento rigoroso dos deveres de assiduidade, pontualidade e de comunicação prévia de faltas ou ausências decorrentes do regime de vínculo de emprego público. Face ao exposto solicito a Vossa Excelência que no prazo de cinco dias úteis proceda à regularização e ou justificação



da referida ausência junto dos serviços de Recursos Humanos, ou apresente os esclarecimentos que entender por convenientes sobre a omissão da referida comunicação. Mais se recorda que, tal como foi advertido pela Chefe de Divisão no ato da consulta, o manuseamento de dados constantes do processo CLDS 5G e outros que possam vir a ser consultados, obriga ao estrito cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, mantendo-se este Executivo intransigente na defesa da legalidade e da proteção dos dados dos nossos munícipes”. Assinado, está o nome do Sr. Presidente, mas foi assinado pelo Sr. Vice e a data 15/05/2026. Perante a gravidade, nessa mesma noite, elaborei uma resposta formal, remetida logo na manhã seguinte por correio registado, com aviso de receção, exercendo o meu direito de esclarecimento e defesa, que vou passar a ler, “Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta. Venho por este meio responder ao ofício supracitado no assunto enviado por V. Exa. no âmbito das competências de gestão de Recursos Humanos que legalmente lhes estão cometidos, mas assinado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal. Em primeiro lugar, dia 13 de maio de 2025, não me lembro de ter faltado ao serviço, devem estar a referir-se a 13 de maio de 2026. No dia 12 e 13 de maio de 2026, faltei ao serviço. Comuniquei aos serviços no dia 07 de maio de 2026 as duas ausências, através do requerimento de participação de falta ao serviço presencialmente no Gabinete dos Recursos Humanos. No dia 12 de maio tive uma consulta no Hospital Terra Quente entregando a justificação no dia 13 de maio presencialmente nos Recursos Humanos. Em relação ao dia 13 de maio, uma vez que no requerimento de participação de falta ao serviço na coluna dos motivos, a minha ausência não se enquadrava em nenhum dos motivos, coloquei à mão funções autárquicas, visto a minha ausência ter a ver com esse motivo. De manhã estive presente no Gabinete da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira a consultar a candidatura do plano de ação do processo da CLDS 5G, e da parte de tarde estive a tratar de assuntos relacionados com atividades e responsabilidades inerentes ao exercício das funções de Vereadora. Venho a informá-lo que, de acordo com a Lei, uma Vereadora sem pelouro em regime de não permanência tem direito a uma dispensa de até 32 horas mensais do seu trabalho para o exercício das funções autárquicas. Este direito está previsto no Estatuto dos Eleitos Locais, artigo 2 da Lei n.º 29/87, 30 de junho, sendo regulado pelos seguintes princípios: Aviso prévio – A Vereadora deve avisar antecipadamente a sua entidade empregadora sempre que necessite se ausentar para atos relacionados com o mandato; Acumulação de atividades



– Estas horas podem ser utilizadas para reuniões de Câmara, sessões de Assembleia Municipal ou outras atividades inerentes ao cargo; Direitos laborais – A utilização desta dispensa não pode prejudicar a sua carreira, promoções ou regalias na empresa em que trabalha, setor público ou setor privado; Compensação para entidades – A entidade empregadora tem o direito de ser compensada pelo Estado ou Município pelos encargos correspondentes ao período de ausência. Mais o recorde que, tal como me foi advertido pela Chefe de Divisão no ato da consulta, eu tenho conhecimento do Regulamento Geral sobre a Proteção dos Dados e mantenho-me como V. Exa. e restante Executivo com pelouros, intransigente na defesa e legalidade da proteção dos dados dos nossos municípios. Por fim, gostaria ainda de solicitar esclarecimento relativamente ao caráter de urgência atribuído ao presente ofício, uma vez que após a sua leitura não foi possível perceber se o mesmo me foi dirigido na qualidade de Vereadora ou de funcionária. Se foi na qualidade de funcionária, existem telefones internos no serviço para esclarecimento desses assuntos. Se foi na qualidade de Vereadora, não posso deixar de registar a coincidência de o mesmo me ter sido entregue às 16h50min de um dia que estive presente, durante a manhã na reunião de Câmara, e durante a tarde na inauguração da Feira do Livro, ambos no exercício das minhas funções autárquicas, sendo ainda que o ofício se encontra datado de 15/05/2026, último dia útil anterior. Sem mais assunto e na esperança que esta carta proceda à regularização ou justificação da referida ausência ao serviço”. Está aqui o documento em como comuniquei aos serviços dia 07 de maio. Ainda durante essa manhã, fui chamada ao Gabinete da Sra. Chefe de Divisão, Dra. Carla Victor, onde me foi transmitido que teria existido um lapso dos serviços e que eu comunico as ausências ao serviço com muita antecedência, e que as próximas vezes devia comunicar ao Sr. Presidente por email. Ora, na minha perspetiva, todo este processo desde a forma escolhida, ao contexto, ao momento do envio, revela sinais que podem configurar uma situação de perseguição política e até de assédio institucional sobre a funcionária e a Vereadora em causa. É precisamente isso que considero mais grave a tentativa de criar pressão ou condicionamento sobre quem exerce legitimamente funções políticas na Oposição. Perante esta situação, e considerando a forma, o contexto e o momento em que este processo foi conduzido, entendi remeter toda a documentação para as instâncias legais competentes para averiguar se existe matéria passível de apreciação jurídica. Não podia deixar de registar publicamente esta situação. Dito isto, entrando agora nos assuntos



políticos, gostaria de abordar uma situação que foi aqui referida na reunião de Câmara, que está registada na Ata n.º 09/2026, na reunião de 08/05/2026, na página 42, onde a Sra. Chefe de Divisão, Dra. Carla Victor, afirmou o seguinte, “E se olharmos ao processo, tem aí o processo, eles foram posicionados na 1.ª posição, mas depois foram reposicionados na 2.ª, e o mais grave ainda é que nem foi publicado em Diário da República o 2.º reposicionamento”. Perante esta afirmação, procurei confirmar os factos através da consulta no Diário da República, encontrei o Aviso n.º 9482/2020, de 24 de junho, onde efetivamente consta a publicação relativa ao reposicionamento em causa, que diz o seguinte, “Aviso n.º 9482/2020 – Consolidação de Mobilidades Intercarreiras e Intercategorias. Torna-se público que por meu despacho de 26 de novembro de 2019, foram autorizadas as consolidações definidas das mobilidades internas, intercarreiras e intercategorias dos trabalhadores abaixo discriminados, com efeitos a 02 de outubro de 2019, tendo em conta que existe conveniência para o interesse público, designadamente quanto à economia, eficácia, e os funcionários, diz aqui, Sofia Manuela Araújo Caldeira, Inês Sousa Madaleno, Angélique Gaspar, Rui Pedro Madeira Vicente e Aldina Maria Teixeira Massa. 26 de novembro de 2019. A Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas”. Ou seja, afinal a publicação em Diário da República existiu. Mas ainda no decorrer dessa mesma pesquisa, deparei-me com uma publicação datada de 10 de fevereiro de 2026, com o Despacho n.º 1690/2026, de 10 de fevereiro deste ano, cujo conteúdo merece igualmente ser analisado e esclarecido. Diz aqui, já deste ano, 10/02/2026, “Consolidação da Mobilidade Intercarreiras de Assistente Técnico para a Carreira de Técnico Superior. Nuno Manuel Rocha Gomes Freitas Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando que o artigo 99-A do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270 da Lei do Orçamento de Estado de 2017 permite, as consolidações das mobilidades intercarreiras e intercategorias, vou passar à frente, que diz aqui mais abaixo, considerando que a trabalhadora Anabela Meneses Garcia, Assistente Técnica, se encontra a exercer as funções de Técnica Superior em mobilidade intercarreira, categoria, desde 02 de janeiro de 2025, considerando que estão reunidos os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 99-A do anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aditado pelo artigo 270 da Lei do Orçamento de Estado de 2017, determino que, passamos mais à frente para não estar aqui a ler tanta Lei,



que na mesma entidade a trabalhadora com contrato por tempo indeterminado, Anabela Meneses Garcia, da carreira e categoria Assistente Técnica para a carreira de Técnica Superior, categoria de Técnica Superior, tendo as habilitações necessárias para o efeito, assim sendo a remuneração da trabalhadora será correspondente à 1.ª posição, nível 16 da carreira de Técnica Superior. O presente despacho produz efeitos a partir do dia 30 de agosto de 2025. Data 24 de novembro de 2025. O Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira”. Perante tudo isto, sou obrigada a colocar uma questão muito clara, quantos pesos e quantas medidas existem, afinal, nesta Câmara Municipal? Estamos perante uma situação que, na essência, é exatamente igual à ocorrida em 2019, mudam apenas os nomes dos funcionários e os valores remuneratórios devido às atualizações. Verificamos que esta funcionária foi colocada e consolidada na 1.ª posição, enquanto, outros funcionários foram consolidados na 2.ª posição. Afinal, quem é que está a proceder mal com os funcionários? Não pode haver critérios diferentes para situações idênticas. Outra situação que ocorreu na última reunião de Câmara, que eu questionei o Sr. Presidente sobre o ponto da situação do processo em Tribunal sobre as gravações apagadas. A resposta que o Sr. Presidente me deu está na página 24 e 25 e que diz o seguinte, “O processo decorre em Tribunal, a seu tempo quando houver desfecho, lá se saberá sobre o que é e o que não é”. Perante esta resposta, solicitei a notificação desse processo à anterior Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, que me facultou o documento original, incluindo o respetivo envelope e todo o conteúdo para não existirem dúvidas, que vou passar a citar, diz aqui, data 21/10/2022, “Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Antónia da Conceição Meireles Coxito apresentaram queixa a 15 de novembro de 2020 na qualidade de Vereadores eleitos pelo Partido Socialista à Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta contra a Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, Maria do Céu Quintas, dando conta em suma que as Atas resultantes das reuniões da Autarquia, não eram publicadas na página de internet do Município, onde apenas se publicavam as deliberações e algumas destas contrárias ao que tinha sido votado em sede própria. Resulta ainda da queixa que existiam atas aprovadas dois meses antes de serem votadas, as quais não estavam assinadas e não identificavam os presentes nas reuniões quinzenais, nem continham as intervenções e declarações feitas durante as reuniões (vou passar para a parte final). Da inquirição das testemunhas, designadamente das declarações prestadas pela testemunha Nuno Manuel Rocha Gomes



Ferreira, apurou-se que o teor das Atas indicadas na queixa-crime, as quais foram todas aprovadas nas reuniões de Câmara, correspondia ao que efetivamente acontecia nessas mesmas reuniões. Todavia, durante o ano de 2020, todas tais Atas não eram publicitadas na página de internet oficial da Autarquia de Freixo de Espada à Cinta. Embora estivessem disponíveis no edifício da Câmara para consulta presencial, a quem assim o requeresse, sendo apenas publicada uma minuta de cada Ata. Neste ponto, as declarações prestadas pelas testemunhas Ana Maria Bento Soares, Susana Maria Durana Valente, Telma Maria Neto Redondo e Rui Miguel Roxo Portela. Todavia, a falta de publicidade da Ata da reunião de Câmara na página de internet da Autarquia não constitui crime de falsificação de documento. Na verdade, a omissão de publicidade do ato em questão poderá afetar a sua eficácia, não determinando sequer a sua invalidade. A não publicação da Ata e a mera publicação de minuta dessa mesma Ata não permite concluir que a arguida praticou o crime de falsificação do documento. Tal atuação poderá ter relevância em termos administrativos, mas não no âmbito criminal. Pelo exposto, e uma vez que das diligências de investigação não resultaram indícios suficientes da prática de crime de falsificação de documentos ou de outro ilícito penal, o Ministério Público determinou o arquivamento do inquérito”. Perante isto, deixo aos presentes e aos munícipes a possibilidade de avaliarem por si próprios quem está a falar a verdade, quem omite a informação e quem procura induzir em erro. O que está aqui em causa não são apenas divergências políticas, está em causa a verdade e a dita transparência. Por fim, gostaria antes de deixar um último reparo e dirigir uma questão à Sra. Vereadora Marisa, que esteve presente, tal como eu estive, no evento do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, “Portugal Somos Nós”. Não sei se reparou que naquele espaço existe uma zona vedada aos alunos devido ao perigo de queda de muro. Estamos a falar de uma escola, de um espaço de recreio e até de aulas de educação física, utilizado diariamente por crianças e adolescentes, incluindo nos intervalos e nas horas de almoço. Sabemos bem que as crianças nem sempre medem o perigo e até a questão de ser proibido até pode ser mais apetecível. Não considera que deveria existir uma intervenção urgente para prevenir possíveis acidentes e evitar males maiores. Prevenir deve estar sempre acima de remediar. Estar à espera de uma candidatura por futuros apoios para atuar, não me parece o mais correto e já que falamos daquela escola, aproveito também para referir o estado do portão da E. B. 2,3 que necessita de reparação. Além da degradação em que está, transmite uma imagem de abandono e vandalismo



que não dignifica em nada o espaço escolar. Era importante que estas situações fossem resolvidas com a brevidade que merecem. E é só por agora. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Muito obrigado Sra. Vereadora. Sr. Vereador quer falar? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente, Sras. Vereadoras, Chefes de Divisão e Chefe de Unidade Orgânica, caros colegas, colaboradores do Município e público presente. Gostaria de abordar um tema que considero cada vez mais importante para o nosso Concelho e que muitas vezes apenas ganha destaque quando surge algum problema mais grave. A questão dos animais de companhia e dos animais errantes. Quem conhece a realidade do nosso Concelho sabe que este assunto existe e está presente em várias localidades do mesmo. Existem situações de abandono, nomeadamente de cães e gatos, que dão origem a ninhadas sem controlo, animais a circular livremente nas vias públicas e populações que muitas vezes acabam por tentar resolver estas situações pelos seus próprios meios. Mas importa perceber que esta não é apenas uma questão relacionada com animais. É uma questão também de saúde pública, uma questão de segurança, uma questão ambiental e também uma questão de organização e responsabilidade municipal. Hoje em dia existem instrumentos legais, programas de apoio e financiamento público destinados precisamente ao controlo e preservação desta, prevenção (peço desculpa) destas situações, permitindo apoiar campanhas de esterilização, identificação eletrónica, programas de sede e outras medidas de bem-estar animal, nomeadamente a criação e construção dos denominados CRO (Centros de Recolha Oficial), que antigamente se chamavam canis e gatis. Além disso, o próprio Município já dispõe de apoio técnico nesta área, nomeadamente através da prestação de serviços de um médico, neste caso do sexo feminino, uma médica veterinária e de um enfermeiro veterinário. Quero referir que a médica, também julgo que está cá uma vez por semana, a prestar apoio a quem precisar e o enfermeiro veterinário se encontra mais presente no território, também presta apoio aos Caminhos de Santiago, julgo que



também está nas candidaturas do Gabinete Florestal e dá algum apoio ao Gabinete Florestal (peço desculpa), Gabinete da Agricultura, à Proteção Civil, também se encontra a ajudar na Universidade Sénior, entre outras atividades. Eu com isto não estou a criticar este multifuncionalismo do enfermeiro, contudo acredito que não é fácil para ele conseguir gerir estas tarefas todas. Assim e, posto isto, parece-me legítimo questionar o Executivo pela existência de uma estratégia municipal definida para o controlo dos animais errantes do Concelho. Quantos animais já foram recolhidos ou acompanhados desde o início do mandato? Quantas campanhas de esterilização foram efetuadas? E se o Município apresentou candidaturas aos apoios financeiros disponíveis para esta área? Não obstante, e como é conhecimento público, da existência do cheque veterinário que o Município está a trabalhá-lo como medida de apoio aos animais. Porque considero que este tema não deve ser tratado apenas de forma pontual ou reativa. Num território de baixa densidade como o nosso, onde muitas vezes existem dificuldades económicas e envelhecimento populacional, estas situações tendem naturalmente a agravar-se se não existir prevenção e acompanhamento contínuo. Aquilo que hoje parece um problema menor, amanhã pode transformar-se numa questão de saúde pública, de segurança rodoviária, ou até mesmo de imagem para o próprio Concelho. Por isso, mais do que discutir casos isolados, penso que seria importante perceber qual é a visão do Executivo para esta matéria? E quais os objetivos concretos definidos para os próximos anos? Porque um Concelho organizado e moderno também se avalia pela forma como previne estes problemas, planeia a resposta e protege aquilo que faz parte do espaço público e da comunidade. Posto isto, também gostaria de dar os parabéns à Dra. Aldina Massa pelo lançamento do seu livro, julgo que com o apoio do Município e peço desculpa por não estar presente na apresentação do livro. Também gostaria de saber se já há uma resposta ao requerimento verbal que fiz na reunião de Câmara do dia 08 de maio e, pronto. Tinha aqui mais algumas considerações a fazer, contudo como não está o Sr. Presidente e não tenho, não quero, nem pretendo falar de alguém quando ele não está presente, não vou tecer mais considerações por uma questão de respeito. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----



----- Muito obrigado Sr. Vereador. Começando aqui por responder dentro daquilo que me diz respeito a mim, ou que está dentro daquilo que eu conheço. Dizer aqui à Sra. Vereadora Daniela, aquilo que eu lhe queria perguntar é que se está a conseguir saber distinguir a sua posição enquanto Vereadora e enquanto funcionária? Uma vez que, segundo sei, a Sra. Vereadora não solicitou a dita dispensa para vir consultar o processo e à tarde estar como Vereadora, solicitou? Dentro do prazo? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Dia 07 de maio para estar dia 13 de maio, está aqui. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Posso? Doutora, você esteve dentro desse processo. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Bom dia a todos. Esclarecer que, efetivamente, a Vereadora esteve comigo, mas não foi a meu pedido, foi ela que o solicitou aos Recursos Humanos. Portanto, eu não chamei ninguém para vir ter comigo. E o que eu esclareci à Sra. Vereadora é que este documento não tem validade nenhuma, já que a justificação da falta é com banco de horas, e o que me foi comunicado é que neste Município não existe banco de horas. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Está aqui escrito funções autárquicas. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Banco de horas. -----



----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Entre parênteses, banco de horas. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Esse documento serve para justificar as suas faltas como Vereadora, mas nunca poderia ser com banco de horas, porque o Município não tem banco de horas. E tal como lhe foi comunicado, deve sempre dirigir a comunicação ao Sr. Presidente. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Que também não tem funções autárquicas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Oh Sra. Vereadora deixe falar. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- A sua ausência e o motivo da sua ausência, já foi esclarecido isso? --

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Sim já. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Verbalmente e via email, mais que uma vez. -----



----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Ok. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito bem. A explicação dada aqui pela nossa Chefe de Divisão. Relativamente à questão da pressão, não sei ao que é que se está a referir. Aquilo que se está a fazer é saber, conseguir-se saber distinguir o que é a funcionária e o que é a Vereadora. -----

----- Relativamente ao assunto que trouxe da publicação no Diário, isso vou deixar depois para o Sr. Presidente falar a seguir, porque uma vez que o meu nome está nessa publicação, o Presidente na próxima reunião terá todo, mas pode falar a Sra. Chefe de Divisão. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Sim, se não se importa, eu quero esclarecer a questão da publicação, em fevereiro, falou-me em fevereiro de, sim fevereiro? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Não. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Então foi que a TRU foi alterada em 2024. A 1.ª posição em 2019 correspondia à posição 1 nível 11, neste momento a 1.ª posição corresponde à posição 1 nível 16. Não tem nada a ver a 1.ª posição de agora com a 1.ª posição de 2019, porque as tabelas foram ratificadas e alteradas. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----



----- Os valores. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Não, não é os valores, é a posição. A abertura, oh Sra. Vereadora, para a abertura de concurso. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR.** -----

----- Não, não é os valores, é a posição 1, nível 11 em 2019. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Oh Senhora posso? Para a abertura de concurso a posição 1 é o 16 e foi nessa posição, que foi colocada, não houve alteração nenhuma. Em 2019, para a abertura de concurso, a posição era a 2.^a, foi por isso que, aí é que estão os pareceres que dizem que na mobilidade tem, mas eu não quero falar sobre esse assunto que já falei da outra vez e, penso que consigo, não vale a pena estar a falar sobre esse assunto. -----

----- Relativamente às gravações que disse aí, que foram apagadas, que trouxe aí um documento qualquer, que lhe foi entregue pela anterior Presidente. Eu isso vou passar ao Sr. Presidente, na próxima reunião falará nisso, uma vez que foi, você a questão fê-la dirigida ao Sr. Presidente. -----

----- Relativamente à escola, que falou à Sra. Vereadora. Aí posso falar eu, uma vez que sou eu que estou a acompanhar a questão do projeto e vamos lá por partes. A Câmara Municipal elaborou o projeto, submeteu a candidatura dentro do PRR, dentro do PRR, o PRR analisou e aprovou o projeto de execução. O PRR pediu à Câmara Municipal mais maturidade, e o que lhe foi solicitado ao PRR foi, o que é que vocês entendem por maturidade? Lançamento de concurso. E eu disse-lhes que a Câmara não pode lançar um concurso de 2 milhões e meio, se não tiver um termo de aceitação. A Técnica do PRR diz que tinha toda a razão, mas que eram regras, tinha de seguir as regras e que não podia andar, entretanto, com isso. Entretanto, o Sr. Primeiro-Ministro lançou a dizer que todas as escolas iam ser intervencionadas. Todas as escolas que estavam dentro do acordo



entre a Associação Nacional de Municípios e os Municípios, que iriam ser todas intervencionadas. O grande problema do Governo é que não fez contas ao valor que isto ficava. Idealizou que cada escola ficaria na ordem dos 4 milhões de euros, somou pelas escolas que estavam no acordo e faz um pedido de empréstimo nesse valor. O problema é que há muitas escolas que não estão a 4 milhões, estão a 20 milhões. O que quer dizer que neste momento o Governo diz que não tem dinheiro, não tem dinheiro neste momento para suportar as escolas prioridade três e prioridade quatro. Quatro, isto são as escolas, as quatro são as que entraram no acordo pela CCDR, que é o caso da nossa escola, que não estava na lista da Associação de Municípios Portugueses. O que é que nós fizemos? Fomos ter com a Sra. Ministra, com a CIM Douro e qual a razão por que é que a nossa escola não estava na lista? E então, a nossa escola entrou depois pelo acordo setorial da CCDR. O que neste momento acontece é que não há verba para as escolas, prioridade dois, se quer, para todas. Aquilo que o Governo está a tentar arranjar é mais um financiamento linha BEI para suportar o investimento destas escolas. Mas também lembro que as escolas não eram da responsabilidade do Município, e os Municípios assumiram as escolas de acordo com o acordo que foi assinado, com o compromisso que foi assinado, que era, sim senhor, nós ficamos com as escolas, mas com uma condição, tem de haver obras, as escolas têm de ser todas requalificadas. O que é que aconteceu na escola de Freixo? Além dos muros que estão a cair, já foram sinalizados ao Sr. Presidente da CCDR, ao antigo e agora ao novo, em que o Sr. Presidente da CCDR disse, não, nós vamos de ter aqui uma posição diretamente com o Ministro da Educação, uma vez que a escola passou para o vosso domínio, mas não há ainda datas de financiamento e a CCDR vai ter aqui uma posição nestes muros. Aquilo que a gente fez, foi sinalizar para que as crianças percebam o perigo e a última reunião que tivemos com a CCDR, o Sr. Presidente da CCDR garantiu-nos, estejam descansados, que o problema dos muros nós vamos assumir e é isso que estamos a aguardar. -----

----- Do portão, já foi adjudicado à empresa, estou a aguardar que eles, eu penso que, segundo sei, acho que, hoje é sexta-feira, e hoje iam para lá compor o portão. -----

----- Relativamente ao controle dos animais que o Sr. Vereador falou. Sr. Vereador, quem está um bocado mais dentro deste processo é o Sr. Presidente, uma vez que é ele que está ligado à questão do médico veterinário e do enfermeiro, mas aquilo que eu sei que existe e tenho conhecimento é que o Município tem um protocolo com alguns CRO's,



cal

mas tem de ser animais identificados também por parte da G.N.R., que sejam perigosos para a população. É um problema que não é nosso, é um problema geral a questão dos animais. O Município de Freixo, relativamente ao alargamento do canil de Moncorvo, através da Associação de Municípios, era uma candidatura para todos os Municípios. Depois o Governo, ou quem geria essa candidatura, baixou os fundos e os Municípios “abdicaram” do valor que seria, que era mínimo para cada Município, para Moncorvo ter, ou fazer um aumento do canil do que está. Acho que está previsto um protocolo também com esse canil, mas penso que é só, nem quero estar a dizer, penso que é só para os animais que tenham, através da G.N.R. que sejam perigosos. -----
----- Não sei se querem questionar mais alguma coisa? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Eu só gostaria de fazer aqui um reparo, não querendo meter-me, nem influência alheia, mas a comunicação de faltas ao serviço, é dirigida ao Sr. Presidente, está esta folha, “Excelentíssimo Sr. Presidente” e depois tem um Despacho que poderá ser do Presidente, da Vereadora ou do Vice-Presidente e também da Chefe de Divisão. Não querendo, por isso, ok, existem mecanismos mais tecnológicos que podem ser feitos. Eu, no Município onde trabalho, não faço em papel, é tudo com base no sistema informático específico e não dirijo, como é óbvio, diretamente um email ao Presidente a dizer que vou ausentar-me porque vou utilizar as minhas horas que estão consagradas a mim, é só. Um pequeno reparo, não querendo, como disse, meter, influenciar alheia, porque isto é a orgânica do Município. Relativamente ao CRO, é assim, o CRO de Moncorvo, porque tenho conhecimento, é de Moncorvo, não é da Associação de Municípios, não foi nada, foi uma candidatura que foi feita diretamente pelo Município de Moncorvo para a construção de um CRO, porque aquilo que tinham era um bocadinho pequenino, não tinha as condições que um CRO exige e também, há algo que acho que é importante de proferir, os animais errantes não são só cães, também há gatos, bastantes gatos na Vila, que são animais, digamos, selvagens, um bocado, quando digo selvagens, é que ninguém lhe consegue pôr a mão e eu não estou aqui para, por amor de Deus, para de certa forma, estar aqui a fazer mal aos animais, que eu não quero, até porque eu tenho cães, sou caçador também e tenho um gosto tremendo pelos animais. O que eu estou aqui a referir é que é necessário dar



dignidade a estes animais, sendo eles errantes ou não, tendo dono ou não, e, efetivamente há uma série de candidaturas que vão abrir e era importante, se calhar o Município aproveitar estas candidaturas para criar uns abrigos para estes animais errantes. Um abrigo é uma coisa simples, é uma casita onde, por exemplo, os gatos, em vez de estarem à porta das pessoas, estão dentro desse abrigo, podem ser apanhados através de um SED, um programa SED, ser esterilizados e devolvidos novamente à natureza. Estamos a falar de uma cadela também, ou um cão abandonado que pode ter ali um abrigo e a Câmara pode candidatar-se também à aquisição de comida para dar a estes animais, serem esterilizados e continuarem, de certa forma, cá fora em modo selvagem, mas garantindo-lhe que não há a sua reprodução e, efetivamente, com isso consegue-se o seu controle. E estamos a falar também do apoio a famílias mais carenciadas que, vivemos num meio rural, toda a gente gosta de ter um cão, toda a gente gosta de ter um gato e depois, quando chega a altura de lhe dar de comer, de lhe fazer tratamento veterinário, não têm, às vezes as pessoas não têm dinheiro para poder fazer isto, esses apoios existem e acho que deveriam ser aproveitados enquanto há. A minha intervenção também foi neste sentido. Foi um alerta.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Muito obrigado Sr. Vereador. Fica a nota. Relativamente às candidaturas para abrigos, vou tentar perceber o que é que, de facto, é e quais os montantes associados a isto. -----
----- Relativamente, não sei se querem tecer mais alguma coisa? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Agradecer a explicação que me deu em relação à escola e esperar que durante as férias escolares sejam resolvidos esses dois assuntos. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Obrigado Sra. Vereadora. Posto isto, passamos então à ordem do dia.



ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte e oito de maio do ano dois mil e vinte e seis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Trezentos e dezassete mil, quinhentos e setenta e sete euros e setenta e sete cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Quarenta e seis mil, quarenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezoito de maio do ano dois mil e vinte e seis. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezoito de maio do ano de dois mil e vinte e seis, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCEPCIONAL – DECISÕES

----- **FERNANDO ANTÓNIO SILVA RODRIGUES** – **LEGALIZAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO A ALFAIAS E PRODUTOS AGRÍCOLAS – PROCESSO N.º 1/25 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 198/2026/DTUOH datada de 2026/05/15 subscrita pelo Chefe de Divisão Eng. Paulo Alexandre Araújo Calvão a qual informa que relativamente ao processo referido em epígrafe, o requerente procedeu à entrega de todos os elementos necessários à prossecução do processo. Face ao exposto o processo se encontra em condições para ser aprovado em fase de decisão final. Informa ainda que pode o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal emitir o respetivo parecer favorável por força da delegação desta competência da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03/11/2025, e o acesso ao interior da edificação não pode em caso algum ter qualquer desenvolvimento na via,



passeio ou espaço público e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Segundo aqui o parecer do Técnico, “Mais se informa que a deliberação. Face ao exposto, é meu entender que o processo se encontra em condições de ser aprovado em fase final”. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- ANA MATILDE CHIOTE R. GOUVEIA – RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A ARRUMOS – PROCESSO N.º 23/25 – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente a informação n.º 199/2026/DTOUH datada de 2026/05/15 subscrita pelo Chefe de Divisão Eng. Paulo Alexandre Araújo Calvão a qual informa que relativamente ao processo referido em epígrafe, o requerente procedeu à entrega de todos os elementos necessários à prossecução do processo. Face ao exposto o processo se encontra em condições para ser aprovado em fase de decisão final. Informa ainda que pode o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal emitir o respetivo parecer favorável por força da delegação desta competência da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03/11/2025, e o acesso ao interior da edificação não pode em caso algum ter qualquer desenvolvimento na via, passeio ou espaço público e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- É o mesmo caso. Diz aqui o Técnico, Chefe de Divisão, que deve ser aprovado. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----



----- **ANTÓNIO JÚLIO CORDEIRO FRADE – SANTO ANTÓNIO DE LAGOAÇA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO – LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 457 datada de 19-mai-26 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho, datado de 18 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença para Atividades em Lugares Públicos ao Sr. António Júlio Cordeiro Frade, na qualidade de Presidente da Festa, nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026 das 18:30 horas às 04:00 horas, no âmbito da Festa de Santo António em Lagoaça e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto prende-se com a festa de Santo António. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **ANTÓNIO JÚLIO CORDEIRO FRADE – SANTO ANTÓNIO DE LAGOAÇA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART. 15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 458 datada de 19/05/2026 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho,



datado de 18 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença Especial de Ruído ao Sr. António Júlio Cordeiro Frade, na qualidade de Presidente da Festa de Santo António, em Lagoaça nos dias 11, 12, 13 e 14 de junho de 2026, das 18:30 horas às 04:00 horas e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto também se prende com a festa de Santo António de Lagoaça. ---

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DO DIVINO SENHOR DA RUA NOVA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO – LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 456 datada de 19-mai-26 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho, datado de 18 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença para Atividades em Lugares Públicos à Comissão de Festas H. Senhor da Rua Nova, nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2026 das 18:30 horas às 04:00 horas, no âmbito da Festa de Santo António em Fornos e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Penso que isto se prende com Fornos, exatamente. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **COMISSÃO DE FESTAS EM HONRA DO DIVINO SENHOR DA RUA NOVA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART. 15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 455 datada de 19/05/2026 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho do Senhor Vice-Presidente, datado de 12 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença Especial de Ruído à Comissão de Festas H. Divino Senhor da Rua Nova, para a Festa de Santo António, em Fornos nos dias 05, 06 e 07 de junho de 2026, das 18:30 horas às 04:00 horas e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- É uma tomada de conhecimento e também é de Fornos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO – LEI N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação n.º 475 datada de



26/05/2026 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, datado de 25 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença para Atividades em Lugares Públicos à Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, para realização da Festa de Santo António, nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2026 das 18:30 horas às 05:00 horas e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto prende-se aqui com Freixo de Espada à Cinta, penso que para o Santo António também. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Posso só dar aqui? É que está aqui um erro, não é nada de especial, mas 26 de junho de 2026. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Onde? Já agora Sra. Vereadora? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Logo a seguir, na página a seguir, na data, 26 de junho de 2026. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Ah, ok. -----



----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- E só questionar, porque é que a Dra. Carla Victor não assinou? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Estive ausente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Ok, é pedir depois a Técnica que altere a informação, que altere a data. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART. 15º, DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Foi presente a informação nº 474 datada de 26/05/2026 elaborada pela Secção de Atendimento, Taxas, Licenças e Balcão Único a qual informa que no âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal no Senhor Presidente da Câmara, foi praticado o seguinte ato: por despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, datado de 25 de maio de 2026, foi concedido Alvará de Licença Especial de Ruído à Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, para realização da Festa de Santo António de Freixo nos dias 19, 20 e 21 de junho de 2026, das 18:00 horas às 05:00 horas e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Isto também prende-se com o Santo António de Freixo. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- E tem um erro também, 25 de junho de 2026. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- A mesma informação, provavelmente aqui, aqui não? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Aqui, aqui, deste lado. No requerimento, “Pede deferimento. Freixo de Espada à Cinta, 25 de junho de 2026”. Aqui em cima. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Agora Sra. Vereadora, diga-me lá que eu não estou a ver onde é que é. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- É aqui, “Pede deferimento”. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Ah, ok. -----



----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Freixo de Espada à Cinta, 25 ou 26, não consigo ver. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- 25 de junho. Ok, pronto, é pedir à Técnica que faça a alteração das datas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS

----- **ANTÓNIO JÚLIO CORDEIRO FRADE – LICENCIAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE FOGO (ARTIGOS DE PIROTECNIA) – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente um requerimento subscrito pelo Sr. António Júlio Cordeiro Frade, na qualidade de Presidente da Festa de Santo António de Lagoaça solicitando o Licenciamento de Fogo-de-artificio inerente às Festividades da Festa de Santo António de Lagoaça, dias 12, 13 e 14 de junho de 2026. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto é o licenciamento, licença para o fogo de Santo António de Lagoaça. Exatamente, Lagoaça. Ok, isto tem de ser votado. Ponho então à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar o licenciamento solicitado. -----

-----**ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – LICENCIAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE FOGO (ARTIGOS DE PIROTECNIA) – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Foi presente um requerimento subscrito pela Associação



para a Promoção e Desenvolvimento do Concelho de Freixo de Espada à Cinta solicitando o Licenciamento de Fogo-de-artifício inerente às Festividades da Festa de Santo António, dias 19, 20 e 21 de junho de 2026.

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Isto penso que agora, é o Santo António de Freixo. Ponho então à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar o licenciamento solicitado. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À COMISSÃO DE FESTAS DE MAZOUÇO – VIAGEM A SANTIAGO DE COMPOSTELA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Atribuição de Apoio Financeiro à Comissão de Festas de Mazouço – Viagem a Santiago de Compostela e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Não sei se os Srs. Vereadores querem tecer alguma coisa? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Eu só queria questionar, se foi verificada a situação desta Comissão de Festas, até porque a atribuição de apoios financeiros diretamente às Comissões de Festas, visto que muitas delas não têm, digamos, uma forma jurídica, não sei se é este o termo correto, mas se foi efetivamente tido em conta essa situação, verificada a situação legal da mesma e como é que lhe irá ser pago este apoio financeiro de 400,00€? -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Peço à Sra. Chefe de Divisão. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DRA. CARLA VICTOR. -----

----- Sim, a situação foi verificada pela contabilidade, mas se for necessário também faremos as correções que houver a fazer. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO. -----

----- Esta questão só vem no seguimento de que nos outros pedidos, em Lagoaça vem o documento, julgo que é da aquisição ou o cabimento, não me recorde e neste não vem nada anexo. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- De qualquer forma. Posso Sr. Vereador? De qualquer forma e para podermos ceder este apoio, eles precisam de ter constituída as declarações de dívida e não dívida da segurança social e têm de estar constituídos. De qualquer forma, para podermos dar o subsídio tem de ser dessa forma. Ponho então à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com dois votos a favor dos Senhores Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Marisa Madeira e duas abstenções dos Senhores Vereadores Daniela Pereira e António Morgado, aprovar a atribuição de um apoio financeiro sob a forma de subsídio no valor de 400,00€ (quatrocentos euros) à referida Comissão de Festas, para fazer face às despesas organizativas identificadas; mais ainda, autorizar a realização da correspondente despesa por conta das dotações orçamentais vigentes no orçamento municipal. -----

----- PROPOSTA – APROVAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO DA QUOTA ANUAL DA DOURO SUPERIOR – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ANO DE 2026 – DISCUSSÃO –



VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta de Aprovação da Atualização da Quota Anual da Douro Superior – Associação de Desenvolvimento para o ano de 2026 e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Não sei se os Srs. Vereadores querem tecer algum comentário? Força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Relativamente à quota em si, eu gostaria de saber se houve a presença de alguém do Executivo na Assembleia da Associação? E quais são os fundamentos que deveriam de ter sido discutidos lá, os fundamentos para este aumento? Desculpem o sarcasmo, é só mais um zero, mas este zero faz a diferença, não estou aqui contra o aumento em si, é só mesmo se houve, efetivamente uma justificação para este aumento. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE.** -----

----- Sr. Vereador houve uma Assembleia da Associação, o Município de Freixo não esteve presente, estiveram presentes os outros Municípios da Douro Superior que fazem parte e alguns sem serem da Douro, sim só da Douro Superior, que Mogadouro é Douro Superior. Aquilo que foi aprovado em Assembleia foi o aumento, os outros Municípios mantiveram a proposta da Associação e o Município de Freixo não quis deixar de estar ao lado de todos os Municípios quando quiseram, quando houve a necessidade de aumentar esta quota à Associação. É de inteira importância também para o nosso Município, uma vez que os nossos agricultores e os nossos munícipes têm sido dos muitos a submeter candidaturas, seja para o turismo rural, para os projetos da aquisição de tratores e é este o trabalho que esta Associação faz, e claro, para nós é importante manter esta Associação no território. Ponho então à votação. -----



cal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes aprovar e ratificar o novo valor da quota anual associada ao Município de Freixo de Espada à Cinta junto da Douro Superior – Associação de Desenvolvimento, fixado no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) a partir do ano civil de 2026, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/9; mais ainda, autorizar a liquidação e o pagamento da quantia total de 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros), destinada a saldar a quota pendente do ano de 2025 (500,00€) e a quota atualizada do ano corrente de 2026 (5.000,00€), com imputação da respetiva despesa à correspondente rubrica orçamental dos serviços de contabilidade do Município, condicionada à existência de prévia cabimentação e compromisso orçamental, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual. -----

----- O Sr. Vereador António Morgado proferiu uma declaração de voto para a Ata. -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO.** -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR ANTÓNIO MORGADO.** -----

----- Eu gostaria de fazer uma declaração de voto para a Ata. A Associação de Desenvolvimento Douro Superior é uma Associação de extrema importância para os nossos territórios, que promove efetivamente a coesão territorial e que presta o apoio aos nossos cidadãos e, principalmente, àqueles que pretendem investir no nosso território. Fazendo a gestão de valores ligados ao Quadro Comunitário e dando apoio na elaboração e na execução das candidaturas. É verdade que o valor da quota que praticava para todos os Municípios era irrisório, 500,00€, acho que era irrisório, tendo em conta o trabalho desenvolvido por esta Associação. Entendo que a forma como se organizam a GAL em outros sítios possa trazer custos mais elevados. Há alguns que põem até mesmo, à GAL custos variáveis. Ou seja, a quota dos Municípios é variável mediante determinadas situações ou mediante trabalhos efetuados. O que é certo, é que, mesmo assim, comparativamente aquilo que nós vamos pagar para a GAL, da Douro Superior é manifestamente, se calhar pouco, tendo em conta o trabalho que eles efetivamente fazem no território. Por isso mesmo o nosso voto só podia ser a favor e sabendo que com este aumento de



quotas também poderá ser exigido mais à GAL e que de certeza que a GAL com todo o respeito e com toda a vontade irá corresponder a essas exigências que os Municípios irão fazer decorrentes do aumento da quota que foi aprovada em Assembleia. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dez horas e dois minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, _____ Chefe de Divisão Administrativa e Financeira a subscrevo e também assino. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira